

Agosto de 1988

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Quinta-feira 11 12481

do Segundo Congresso de Educação, "querer é poder".

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as representações que a Procuradoria Geral da União vem fazendo contra a criação de Municípios da área do futuro Estado do Tocantins junto ao Supremo Tribunal Federal está causando os mais sérios problemas às suas populações, que têm na emancipação sua única esperança de uma vida melhor.

Por entender que os Municípios do futuro Estado do Tocantins têm direito a tratamento especial, até porque a maioria deles conta com todos os requisitos para se manterem emancipados, dirigi expedientes aos ilustres Presidente do IBGE e Procurador-Geral da República solicitando a sustação de novas representações e a retrada das que já haviam sido feitas.

Os mencionados expedientes estão transcritos no final deste pronunciamento.

Néles alinhiei algumas das razões pelas quais entendo justa a manutenção dos novos Municípios tocaninenses e solicitei a reavaliação numérica de suas populações, porque os dados do IBGE estão defasados.

Falando, por telefone, ontem, com a Dr^a Maria da Conceição, Chefe de Gabinete do Presidente do IBGE, disse da mensagem enviada e solicitei a agilização das providências indispensáveis à sustação de novas representações.

Horas depois, a Dr^a Maria da Conceição, após entender-se com dirigentes daquela Fundação, dava-me a primeira notícia feita a reavaliação numérica de sua população, o Município de Aliança do Norte foi mantido.

Ao agradecer a boa vontade, a solicitude da ilustre Chefe de Gabinete e do Presidente do IBGE, fica-me a esperança de que outros Municípios tocaninenses sejam mantidos com o reconhecimento de suas reais condições por parte de nossas autoridades.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Exm. Dr. Charles Curt Mueller
DD Presidente da Fundação IBGE
Rio de Janeiro — RJ

Cumprimentando ilustre Presidente, permito-me reiterar apelo sentido de não ser acionada a Procuradoria Geral da República para representar contra a criação dos seguintes municípios goianos integrantes da área do futuro Estado do Tocantins: Aliança do Norte, Aparecida do Rio Negro, Barrolândia, Buriti do Norte, Nova Rosalândia, Pequizeiro, Porto Alegre do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Santa Tereza do Norte, São Valério da Natividade e Taquarussu do Porto. Com a criação do Estado do Tocantins, aquelas comunidades vão receber grande massa de migrantes, sendo sua emancipação muito importante para que adquiram condições para oferecerem um mínimo de apoio e assistência aos chegantes. Se V. Ex^a tiver condições de sustar, mesmo que temporariamente o envio das informações que dão base às representações, assumo o compromisso, em nome dos habitantes daquelas comunas, de

custear as despesas para serem feitos novos levantamentos e reavaliações pelo IBGE. Com o mesmo compromisso, solicito, ainda, a V. Ex^a que interceda junto a Procuradoria Geral da República no sentido de serem retiradas as representações contra a criação dos seguintes municípios: Bernardo Sayão, Caseara, Combinado, Divinópolis, Goianorte, Marianópolis, Novo Alegre e Santa Rosa do Tocantins. Estou certo de que o ilustre Presidente atenderá as legítimas aspirações das populações dos novos municípios tocaninenses.

Cumprimentando ilustre Procurador-Geral da República, permito-me solicitar, por uma questão de justiça e de defesa de populações isoladas e desassistidas do futuro Estado do Tocantins, que promova a retrada das representações contra as leis que criaram os seguintes municípios goianos: Bernardo Sayão, Caseara, Combinado, Divinópolis, Goianorte, Marianópolis, Novo Alegre e Santa Rosa do Tocantins. Os novos municípios vão receber grande número de migrantes em razão da criação do Estado do Tocantins. A manutenção daqueles municípios criará condições para surgimento de infra-estrutura de apoio e assistência aos seus atuais e aos futuros habitantes. Em razão da criação do Estado do Tocantins os mencionados municípios devem merecer tratamento especial.

Atenciosamente, Deputado **Siqueira Campos**.

O SR. ARNALDO FARIA DE SA (PJ — SP Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na sessão anterior da Constituinte já estão definitivamente garantidos dois assuntos que interessam aos aposentados e pensionistas, por já terem passado definitivamente pelo segundo turno:

13 Salário igual ao valor da aposentadoria (Art. 7 — item VIII)

Aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais (Art. 8^o — VII)

É o início da confirmação que conquistas dos aposentados e pensionistas serão mantidas, e não permitiremos que sejam suprimidas.

Pelo primeiro temos garantido que o 13^o Salário será integral e não mais a média anual, que representava uma grande defasagem, principalmente num período de galopante inflação.

Pelo segundo e mais importante fica assegurada a possibilidade de aposentados dirigir o sindicato, pois poderá ser votado. Até agora somente podia votar, e talvez aí resida o maior problema da atual situação dos aposentados, não poder ter utilizado o sindicato para as lutas que empreendeu, sempre só e sem recursos.

Apesar de ter passado despercebido, esse será um dos grandes dispositivos que favorecerem de fato os aposentados, e apesar de ter sido apresentada emenda anteriormente para suprimir, foi mantido.

Será preciso agora que os aposentados comecem a se candidatar aos cargos de diretores, para numa segunda etapa atingirem a presidência dos sindicatos.

Queria no entanto ressaltar alguns sindicatos, que, mesmo sem a obrigação, têm respeitado e lutado pelos aposentados, como o dos metalúrgicos de São Paulo e outros.

O SR. BEZERRA DE MELO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Constituintes, muitas têm sido as tentativas, felizmente frustradas, de desmoralização desta Assembleia Nacional Constituinte. Os pregoeiros da mentira, os semeadores da discórdia, os arautos do mal, os mensageiros da calúnia e da infâmia, procuraram, por todos os meios, denegrir a honra e a fama de Constituintes dignos ou de grupos de Parlamentares que atuam nesta Assembleia patrioticamente.

Não podemos, Sr. Presidente, ficar calados e cruzar os braços diante de tanta baixeza e vilania. Assusta-nos, entretanto o fato de que a Mesa desta Assembleia Nacional Constituinte não tenha tomado, até hoje, nenhuma medida para coibir a onda de boatos infundados e torpes que todos os dias se abatem sobre pessoas inocentes e imunes de qualquer laivo de corrupção e fisiologismo.

Procurou-se atirar na lama e na sarjeta o nome de Constituintes que, no cumprimento de seus deveres políticos, solicitaram verbas ou obras para suas bases, como se esta, como dizem os filhos de Satã, intermediação fosse algo escandaloso que pudesse obscurecer a dignidade de Parlamentares honestos e trabalhadores.

À época das votações da Comissão de Sistematização e do primeiro Turno, lançou-se contra o Centrão e seus integrantes a hedionda pecha de estarem trocando votos por dinheiro da UDR e de empresários, e favores da Presidência da República. Para não me alongar, Sr. Presidente, assaca-se agora contra a honrada Bancada Evangélica nesta Casa a inominável e soez calúnia de que seus Membros tenham recebido do Governo vultosas quantias e favores, em troca de votos para o mandato de cinco anos e outros dispositivos constitucionais.

Ora, Sr. Presidente, esta Casa não pode simplesmente ler ou ouvir tão sórdidas quanto infundadas acusações sem tomar uma providência severa, eficaz e urgente, contra esse tipo de noticiário marron veiculado em todo o País, que só vem deslustrar o nome de colegas que primam pela honradez e pela virtude.

Estou, pois, aqui, nesta tribuna, para reivindicar da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte medidas que não só impeçam a divulgação dessas infâmias como venham reparar os danos morais causados pelas calúnias de que têm sido vítimas, Membros honrados desta Casa. Se nada fizer a Mesa para coibir tais abusos, o velho ditado popular "quem cala consente" certamente se encarregará de ludibriar, mais uma vez, a opinião pública e dar a falsa impressão de que os boatos são verdadeiros e os homens honestos são vilões.

A mentira, a calúnia e a infâmia deixam rastros que precisam ser apagados, extintos, pois razão tinha Voltaire quando dizia: "Menti, menti e alguma coisa ficará".

Que a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte zele pela dignidade de seus Membros e restabeleça, perante a sociedade, a honra dos Constituintes atingidos pela língua viperina e pelo ódio peçonhento de seus inimigos.

Como Membro desta Casa e comungando dos mesmos ideais de meus irmãos evangélicos, apresento, neste momento, um veemente protesto contra as deslavadas mentiras propaladas, e faço um ato de desagravo por tão baixas e